

ATA: 3
PÁG: 16
VAL: 2,40

FERNANDA ARÉAS PEIXOTO
HELOISA PONTES
LILIA MORITZ SCHWARCZ

Organizadoras

ANTROPOLOGIAS, HISTÓRIAS, EXPERIÊNCIAS

UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Reitora: Ana Lúcia Almeida Gazzola
Vice-Reitor: Marcos Borato Viana

EDITORA UFMG

Diretor: Wander Melo Miranda
Vice-Diretora: Heloisa Maria Murgel Starling

CONSELHO EDITORIAL

- Wander Melo Miranda (presidente)
- Antônio Luiz Pinho Ribeiro
- Carlos Antônio Leite Brandão
- Heloisa Maria Murgel Starling
- Luiz Otávio Fagundes Amarel
- Maria Aparecida dos Santos Paiva
- Maria das Graças Santa Bárbara
- Maria Helena Damasceno e Silva Megale
- Romeu Cardoso Guimarães

Belo Horizonte
Editora UFMG
2004

ABRINDO A "CAIXA-PRETA" O PROJETO UNESCO DE RELAÇÕES RACIAIS¹

INTRODUÇÃO

O otimismo das ciências sociais brasileira do pós-Segunda Guerra Mundial no combate às desigualdades sociais se expressou mediante a reflexão sobre determinados temas, tais como: o desenvolvimento econômico, a modernização, a mobilidade social, a participação política e a democracia. Neste contexto, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi realizada um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. A origem deste projeto está associada à agenda anti-racista formulada pela agência internacional no final dos anos 1940, ainda sob o impacto do genocídio nazista e dos primeiros passos da Guerra Fria.

As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste.² Dentre os pesquisadores que participaram do projeto encontram-se: Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oacy Nogueira, Virginia Bicudo, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros.

Ao realizar um estudo sobre o ciclo de pesquisas da Unesco, observei a existência de um enunciado, uma espécie de "caixa-preta", como diria Bruno Latour em seu livro *Ciência em ação* (2000), isto é, um conhecimento consensualmente aceito como natural, não problemático, sobre o qual não

haveria de pairar qualquer dúvida. O que emerge como "caixa-preta" no caso da iniciativa da Unesco? Em geral, o relato pode ser sintetizado da seguinte forma: incentivada pela imagem de que a sociedade brasileira viveria sob a égide da "cooperação entre as raças", a Unesco, ainda sob o impacto do genocídio nazista, define uma agenda anti-racista que incluía o Brasil como ponto de partida de uma série de investigações. O objetivo inicial desses estudos era o de oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de relações raciais. Na esperança de encontrar a chave para a superação dessas mazelas vividas em diversos contextos internacionais; a instituição intergovernamental teria acabado por se ver diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil. Evidenciou-se uma forte correlação entre cor ou raça e status socioeconômico. A utopia racial brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se, dessa forma, no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como ideologia o mito da democracia racial.

O depoimento de Florestan Fernandes parece ter inaugurado a série de interpretações dessa espécie de "caixa-preta". Em 1966, dois anos após o Golpe Militar de 1964, quando seu projeto acadêmico-reformista foi derrotado, Florestan fazia a seguinte declaração:

a hipótese sustentada pelo [sociólogo norte-americano] Donald Pierson, de que o Brasil constitui um caso neutro na manifestação do "preconceito racial", teve de ser revista, mau grado o empenho da Unesco para confirmação da hipótese. Ao que parece, esta instituição alimentava o propósito de usar o "caso brasileiro" como material de propaganda. Se os brancos, negros e mestiços podem conviver de "forma democrática" no Brasil, porque o mesmo processo seria impossível em outras regiões? (p. 21)

As críticas a Pierson já frequentavam as páginas de Florestan e Roger Bastide, assim com as tensões entre ciência e política foram assinaladas pelos dois cientistas sociais no projeto enviado à Unesco (1959 [1951]; 1955). No caso do desígnio da organização internacional, Florestan apresentava nova interpretação, com a atribuição à Unesco de uma imagem distorcida da sociedade brasileira a ser desvelada. Seu ponto

de vista destoava dos balanços até então existentes sobre as pesquisas da Unesco (Beigelman, 1953; Nogueira, 1955; Bastide, 1957). Não condizia ainda com sua própria avaliação anterior na qual o trabalho patrocinado pela organização representava um novo patamar no padrão de pesquisa existente à época, superando, nas palavras do sociólogo, a "aventura pessoal". No início dos anos 1960, quando analisa o papel da sociologia na criação de uma civilização moderna nos trópicos, Florestan avaliava sua trajetória profissional na USP nos anos 1940 e 1950. Até então, o trabalho sociológico era realizado com ausência de apoio financeiro, apenas com o "tempo que dispusesse do próprio lazer e de algumas sobras do próprio salário. Raramente caía do céu uma oportunidade promissora, como aconteceu com a pesquisa entre negros e brancos, suscitada pela Unesco" (Fernandes, 1976 [1962], p. 66). O patrocínio da instituição representava prestígio, recursos e trabalho em equipe.

Seu diagnóstico pós-1964 das intenções da Unesco foi reiterado por diversos historiadores e cientistas sociais. Os achados do ciclo de pesquisas transformaram-se, durante a ditadura militar, em instrumento de denúncia da auto-imagem positiva do país em matéria racial. Por sua vez, consolidou-se a ideia do suposto auto-engano da Unesco (Skidmore, 1993 [1974]).

Quando me afastei das abordagens retrospectivas, das avaliações consagradas sobre o ciclo de pesquisas e o persegui em seu processo de construção, em ação, me deparei com um cenário em aberto, a saber: esforços no sentido de definir uma agenda das ciências sociais para o Brasil; apostas no incremento da profissionalização dos cientistas sociais brasileiros; dúvidas quanto ao suposto "caráter nacional brasileiro"; questionamentos sobre a alegada singularidade brasileira; polarização político-ideológica em contexto de Guerra Fria; competição quanto à natureza política e/ou científica da proposta da Unesco.

Em que pese a imagem positiva do país em termos de relações inter-raciais, verificou-se um encontro entre expectativas distintas. Por um lado, uma organização intergovernamental escolheu o Brasil por se constituir numa sociedade com reduzidas taxas de tensões étnico-raciais. Por outro, uma rede de cientistas sociais, dentro e fora da Unesco, assumiu o desafio

de analisar os dilemas de um país periférico em face da modernidade. O êxito deste encontro entre propostas distintas, porém complementares foi a base de sustentação do projeto Unesco.

Este artigo tem por objetivo abrir a "caixa-preta" descrevendo o processo de estruturação da pesquisa da Unesco no Brasil. Ao realçar a atuação de determinados atores sociais e suas respectivas visões acerca do projeto de pesquisa da Unesco, pôde-se verificar os elos de ligação entre as demandas da agência internacional e o leque de questões formuladas pelas ciências sociais brasileira. Esta agenda colocava para a inteligência do país inserida no mundo universitário o desafio de associar a qualificação profissional nos campos da Antropologia e da Sociologia e o incremento de pesquisas que pudessem decifrar as mudanças sociais em curso. O tema proposto pela Unesco tornou-se um dos ângulos privilegiados para a percepção e análise dos desafios da transição do tradicional para o moderno, do cenário de significativas desigualdades sócio-raciais e da diversidade regional.

FOCO INTERNACIONAL SOBRE UMA AGENDA LOCAL

No final de setembro de 1949, logo após assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, o antropólogo Arthur Ramos (1903-1949), especialista em estudos afro-brasileiros, declarava que "a antropologia cultural não havia ainda encontrado seu lugar no programa do Departamento".³ O que significava este surpreendente diagnóstico de Arthur Ramos na medida em que o principal projeto do Departamento de Ciências Sociais da Unesco até aquele momento se intitulava "Tensões que Afetam o Entendimento Internacional" (*Tensions Affecting International Understanding*) e era coordenado pelo psicólogo social e antropólogo Otto Klineberg? Klineberg, discípulo de Franz Boas, professor da Universidade de Columbia, militante anti-racista, participante do projeto de Gunnar Myrdal, *O dilema americano* foi, até a chegada de Arthur Ramos, o diretor-interino do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. A propósito, Klineberg criou o Departamento de Psicologia da USP em meados dos anos 1940 (1945-1947).

Ao iniciar uma conferência realizada no Encontro Anual da Associação Norte-Americana de Psicologia, em abril de 1949, Klineberg alertava para os perigos das "bombas atômicas, cortinas de ferro, alianças defensivas, chauvinismo, racismo, acusações e contra-acusações da Guerra Fria" (Klineberg, 1949, p. 11). Na ocasião, apresentou os principais pontos e realizações do "projeto Tensões", a saber: estudos acerca do caráter nacional, dos estereótipos, do nacionalismo, da assimilação cultural dos imigrantes, entre outros. Os estudos de "caráter nacional" inaugurados pela denominada escola antropológica norte-americana de cultura e personalidade (Margareth Mead, Ruth Benedict, Geoffrey Gorer) aparecem em destaque na agenda de pesquisas do "projeto Tensões" (Klineberg, 1950a). Esses estudos adquiriram evidência na Unesco não apenas para tornar inteligível as motivações que levaram ao conflito mundial, mas também para discernir o comportamento dos inimigos e aliados nos primórdios da Guerra Fria (Goldman & Neiburg, 2002).

Seis meses após a Conferência de Klineberg, em aparente paradoxo, Arthur Ramos registrava a posição lateral da Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Para Ramos, o Departamento não havia consagrado uma parte de suas atividades ao estudo dos grupos humanos não-europeus, especialmente as populações negras e os povos indígenas. Estes deveriam ser incorporados ao mundo moderno, partilhando dos benefícios da civilização. Sua visão é nitidamente linear e evolucionista, guiada pela ideia de progresso.

Arthur Ramos propõe então para o programa a ser implementado em 1951, pesquisas sobre as relações raciais e a miscigenação em países que "apresentem aspectos harmoniosos ou não harmoniosos do ponto de vista das tensões sociais". Sugere ainda pesquisas sobre os povos africanos, as etnias que vieram a constituir as populações negras no Novo Mundo, a vida dos negros sob o enfoque sociológico e antropológico, os processos de transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas, em função dos efeitos da industrialização.⁴ Ao avaliar a posição que a antropologia ocupava na Unesco, Arthur Ramos reivindicava, a partir de sua agenda de pesquisas, o deslocamento da "periferia" para o "centro" do programa do Departamento de Ciências Sociais.

A perspectiva de Arthur Ramos dava continuidade a seus posicionamentos no campo da antropologia brasileira. Um ano antes de sua ida para a Unesco, a convite do antropólogo Egon Schaden, Arthur Ramos fez uma conferência na tradicional Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo. Em estilo programático, ele abordou os seguintes temas: 1º) a necessidade do avanço da institucionalização universitária da antropologia; 2º) a formulação de um programa de pesquisas que, no plano étnico-racial, privilegiaria o tema das desigualdades; 3º) as possibilidades de legitimação do trabalho antropológico no Brasil ("antropologia aplicada") a partir da participação de antropólogos em aparatos estatais, contribuindo assim para a elaboração e implementação de políticas públicas (Ramos, 1948).

Ramos, de modo cético, lembra que reitidamente o Brasil era visto como um "laboratório de civilização". Trata-se do título de um artigo do historiador alemão radicado nos EUA, Rudiger Bilden, publicado no final dos anos 1920. Nele, o autor revela uma visão positiva da herança ibérica, do sistema escravocrata "mais humano" da dominação portuguesa, da miscigenação, da ascensão social de mulatos e pretos. Bilden chega a criticar intelectuais como Euclides da Cunha e Oliveira Viana por suas visões pessimistas quanto ao perfil miscigenado da população brasileira. Ao longo do artigo, o contraponto de Bilden é a experiência norte-americana (Bilden 1929, p. 71-74).

Apesar de Arthur Ramos concordar em parte com Bilden, uma das formas de se evidenciar sua crença na ideologia da democracia racial, registra que só em tempos recentes, a partir dos anos 1940, vinha ocorrendo o processo de qualificação profissional para tornar inteligível esse "laboratório", essa experiência civilizacional. Nesta conferência, Ramos se indagava sobre a existência de um *ethos* brasileiro. Ressaltava ainda a importância dos estudos sociológicos sobre grupos, estratos e classes sociais no Brasil, destacando a necessidade de investigações sobre as desigualdades sócio-raciais. Em sua perspectiva, "só depois de realizadas séries inteiras de pesquisas desta ordem, poderemos nos aventurar a propor 'interpretações' do Brasil, ensaios de conjunto ou planos normativos de ação, até agora reservados aos estudos impressionistas que podem ser muito interessantes, mas conduzem a generalizações

apressadas e perigosas. (...) Do ponto de vista antropológico, não há uma 'cultura' brasileira, mas 'culturas' que só agora começam a ser estudadas e compreendidas. Ainda é cedo portanto para indagarmos [sobre] o 'caráter nacional' [a partir de] visões generalizadoras (...)" (Ramos, 1948, p. 224).

Enquanto no imediato pós-Segunda Guerra, cientistas sociais, sob a chancela de uma agência intergovernamental, procuravam investigar o "caráter nacional" em tempos de Guerra Fria, Arthur Ramos tentava redefinir a agenda de pesquisas da Unesco, introduzindo o desafio da incorporação de estratos sociais marginalizados ao processo de modernização em curso no Brasil. Ele coloca entre parênteses o ensaísmo de tipo erudito das primeiras décadas do século XX e aponta para a necessidade do reconhecimento das ciências sociais como um conjunto de valores e práticas sociais autônomas a serem legitimadas pela sociedade e pelo Estado. Não por acaso estava envolvido com o projeto de criação do então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) no final dos anos 1940 (Chagas Filho, 1948). Este processo ocorre no período democrático pós-Estado Novo em que se privilegia o momento da desigualdade e da necessidade de estudos sistemáticos sobre a diversidade sociocultural existente no Brasil.

O perfil do projeto de pesquisa sob os auspícios da Unesco seguiu em linhas gerais as questões que nortearam a atuação de Arthur Ramos na última fase de sua carreira acadêmica.

O PROJETO UNESCO EM CONSTRUÇÃO

Em abril de 1950, Alfred Métraux, etnólogo com trabalhos realizados sobre índios e negros na América Latina e experiência em agências intergovernamentais como Onu e Unesco, assumiu a direção do recém-criado Setor de Relações Raciais da instituição (Métraux, 1978). Ainda no primeiro semestre, o antropólogo Ruy Coelho, ex-aluno de Roger Bastide na Universidade de São Paulo, e de Melville Herskovits na Universidade de Northwestern — onde defendeu tese de mestrado sobre os Caríbas negros em Honduras —, tornou-se o principal assistente de Métraux. Os dois cientistas sociais representaram uma espécie de lobby latino-americano no interior do Departamento de Ciências Sociais.

O programa da Unesco contemplaria, de início, apenas a Bahia (Métraux, 1950). Para isso concorreu a existência de uma longa tradição de estudos sobre o negro na cidade de Salvador desde o final do século XIX, na qual se destacava o exame da forte influência da cultura africana. O cenário baiano parecia adequado aos propósitos da Unesco. A cidade, com expressivo contingente de negros, havia atraído, nos anos 1930 e 1940, diversos pesquisadores estrangeiros e era vista como um lugar privilegiado em termos de convívio inter-racial (Landes, 1947; Frazier, 1942; Pierson, 1942; Herkovits, 1943). Ademais, Charles Wagley iniciava o trabalho de coordenação de uma investigação com seus alunos de antropologia da Universidade de Columbia no interior da Bahia. Desde o final dos anos 1930, Wagley tinha estreitas ligações com o Brasil, seja no estudo de comunidades indígenas, seja por meio da aliança Brasil-EUA nos esforços concernentes à Segunda Guerra Mundial, trabalhando no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), ou, ainda, no envolvimento em um projeto na Amazônia patrocinado pela Unesco no final dos anos 1940 (Wagley, 1957).

Métraux foi informado por Wagley sobre as atividades do convênio Universidade de Columbia/Estado da Bahia.⁵ Tratava-se de um projeto idealizado por Ahísio Teixeira, então secretário estadual de Educação e Saúde, na gestão de Otávio Mangabeira (1947-1951), que tinha a intenção de conhecer a vida social de três comunidades rurais próximas a Salvador com o objetivo de colher subsídios para o desenvolvimento de futuras políticas públicas de modernização dessas áreas (Wagley, Azevedo e Costa Pinto, 1950). Ao ser incorporada a equipe de Wagley nos planos da Unesco, Alfred Métraux e Ruy Coelho sugeriram ainda uma investigação sobre a cidade de Salvador, que ficaria sob a responsabilidade do antropólogo Thales de Azevedo.⁶

Nesse intervalo, quatro cientistas sociais se posicionaram pela ampliação da pesquisa da Unesco. Otto Klineberg ponderava que

São Paulo e Salvador são tão diferentes em tantos aspectos que o fato de serem ambas cidades de grande porte me parece quase irrelevante neste caso. Acredito que seria muito importante estudarem-se as relações raciais sob um

certo número de condições distintas e, nesse caso, é imprescindível que, mais uma vez, o estudo não fique restrito à situação na Bahia e à sua volta. (Klineberg, 1950b, p. 4)

Na mesma linha de reflexão, Wagley registrava que "(...) quanto aos estudos urbanos sobre tensão racial (ou sua inexistência), pergunto-me se Salvador não seria um tanto especial e se os estudos em São Paulo e no Rio de Janeiro não demonstrariam aspectos diferentes do quadro brasileiro de relações raciais em geral."⁷

O sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, um dos participantes do debate acerca do estatuto científico do conceito de raça — em dezembro de 1949, que resultou na 1ª Declaração Sobre Raça cancelada pela Unesco (maio de 1950) —, em correspondência com Alfred Métraux, sugeria a realização "no Rio de Janeiro, dentro do plano da Unesco, [das sondagens e análises necessárias para a pesquisa das tensões raciais em área metropolitana do Brasil, analisando a situação racial brasileira na perspectiva de uma sociedade em franco processo de industrialização]."⁸

Em setembro de 1950, Alfred Métraux entrou em contato com o sociólogo Roger Bastide, da Universidade de São Paulo, autor de uma série de trabalhos sociológicos e antropológicos sobre o negro no Brasil (Bastide, 1973). Roger Bastide conhecia Alfred Métraux e compartilhavam da idéia de realizarem uma pesquisa sobre os negros das Guianas. Métraux afirmava na ocasião que "naturalmente é na Bahia que concentraremos nosso principal esforço, mas pretendo realizar sondagem em outras regiões do Brasil e, nesse aspecto, necessitarei de seus conselhos".⁹

Bastide respondeu à carta com entusiasmo. Ele acabava de representar a França no 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado em agosto de 1950 no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro (TEN), uma associação político-cultural que teve sua fase áurea na virada da década de 1940. O evento tinha por objetivo aproximar cientistas sociais e intelectuais, de modo geral, do movimento negro, em busca de uma intervenção política esclarecida, oferecendo alternativas para a redução das desigualdades sociais entre brancos e negros (Nascimento, 1982 [1968]).

O fórum promovido pelo TEN aproximava-se, segundo seu principal líder, Abdias Nascimento, dos "esforços das mais lúcidas inteligências e ricas culturas, instituições as mais representativas, como é o caso da Unesco, no sentido de dotar o mundo de um clima de segurança, de paz e liberdade pela via da compreensão e fraternidade entre os homens e os povos, acima das divisões e rivalidades motivadas por questões de origens raciais". Nascimento alertava que a sociabilidade positiva brasileira no terreno das relações raciais não impedia as disparidades econômico-sociais entre brancos e negros. Na verdade, o "problema do negro" não teria sido resolvido após a abolição da escravidão e a fundação da República (Nascimento, 1950, p. 1).

Coube a Guerreiro Ramos, sociólogo e militante do TEN, apresentar uma tese sugerindo que o 1º Congresso do Negro Brasileiro procurasse sensibilizar o governo brasileiro no sentido de convencer a instituição intergovernamental a patrocinar um Congresso Internacional de Relações de Raça (Guerreiro Ramos, 1982, p. 237-238). A seu ver, a Unesco estava exercendo um importante papel no pós-Segunda Guerra, no processo de "integração das minorias raciais nos vários países onde elas se encontram mais ou menos discriminadas" (*Ibidem*, p. 237). Para tanto, seria pertinente "sugestões práticas, evitando os estudos de ordem acadêmica ou meramente descritivos e que levam a uma consciência falsa do mesmo [da discriminação]" (*Idem*).¹⁰

A sugestão de Guerreiro de natureza eminentemente política se contrapunha à resolução da Unesco de uma investigação-piloto, de corte acadêmico, adotada pela Conferência da Unesco em Florença. Em setembro de 1950, foi publicada a declaração final do congresso patrocinado pelo TEN, na qual foi incorporada a tese de Guerreiro Ramos (Guerreiro Ramos, 1954, p. 2; Nascimento, 1982, p. 402). A resolução não teve repercussão junto à Unesco. No entanto, a posição de Guerreiro Ramos ressoou de algum entre alguns participantes (Charles Wagley, Costa Pinto) do Congresso do TEN, que estavam em negociações com a Unesco sobre a pesquisa no Brasil.¹¹ Logo em seguida Roger Bastide foi contatado por Alfred Métraux.

Em sua resposta a Métraux, Bastide, ainda sob o impacto do Congresso do TEN, considerava que o projeto não se deveria limitar ao trabalho de pesquisa. Seria fundamental dar um sentido prático às reflexões teóricas, estimulando uma atitude cooperativa entre intelectuais brancos e associações negras. Desse modo, haveria a quebra de certos preconceitos e a diminuição das tensões que estavam sendo criadas, ao menos no Sul do Brasil. O sociólogo francês revela a intenção de criar um centro de estudos da comunidade negra de São Paulo, abrangendo brancos e negros, que, entre outras coisas, poderia intervir junto aos poderes públicos.¹²

A despeito da derrota da proposta de Guerreiro Ramos, ela teve efeitos importantes ao apontar a dimensão política da pesquisa, como se pode depreender das posições de Bastide. Ademais, Guerreiro e o Congresso do TEN contribuíram para a ampliação do plano da Unesco. Assim, os primeiros passos em direção à montagem do ciclo de pesquisas indicam a existência de um cenário em aberto que foi sendo construído a partir do conhecimento prévio de cientistas sociais da agência internacional, ampliado pelos contatos e sugestões de pesquisadores nacionais e estrangeiros com alguma experiência de ensino e/ou pesquisa no Brasil e, por fim, como se verifica no Congresso do TEN, pela competição quanto à natureza político-científica do projeto da Unesco.

O CENÁRIO DOS ESTUDOS RACIAIS NO BRASIL VISTO PELA UNESCO

Como vimos, entre junho e setembro de 1950, Alfred Métraux e Ruy Coelho mantiveram correspondência com alguns pesquisadores cotados para participarem do projeto.¹³ Além disso, foram solicitadas a Giorgio Mortara, demógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações e análises sobre a composição racial da população brasileira.¹⁴ Em setembro, Métraux e Coelho¹⁵ elaboraram um documento que subsidiaria o escopo definitivo da pesquisa, no qual apresentaram um painel das interfaces entre ciências sociais e estudos raciais no Brasil e ofereceram algumas sugestões a serem exploradas pela investigação.

A introdução do trabalho traz uma breve análise da evolução histórica das pesquisas sobre a temática racial no Brasil. Nesses estudos, as relações raciais "nunca foram considerados problemas em si, mas parte dos problemas sociais mais gerais do Brasil" (Métraux e Coelho, 1950, p. 1). A abolição da escravidão e a proclamação da República teriam resolvido, aparentemente, o "problema do negro" e, por isso, até os anos 1930, privilegiariam-se os estudos da cultura afro-brasileira, destacando-se as obras de Nina Rodrigues e Arthur Ramos. As mudanças econômicas e políticas fomentadas pela Revolução de 30 colocaram em evidência os esforços de reflexão dos intelectuais acerca da sociedade nacional. O melhor exemplo caberia a *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, "o mais importante marco do período" (*Idem*).

Os anos 1930 também propiciaram o surgimento de uma nova estrutura de ensino superior, com a criação dos cursos de ciências sociais no Rio de Janeiro, e especialmente em São Paulo, quando surge a preocupação com a *pesquisa social* sistemática por parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Investigações acerca das relações entre negros e brancos e sobre os processos de assimilação e aculturação dos imigrantes (alemães e japoneses) são os casos citados no documento. Em destaque aparecem Donald Pierson, Roger Bastide e Emilio Willlems.

Métraux e Coelho registram a carência de estudos sobre o padrão de relações raciais existente no Brasil. O livro de Donald Pierson (1942), *Negrees in Brazil*, era uma referência obrigatória. Entretanto, o trabalho de Pierson suscitou certas indagações quanto à pertinência da utilização de determinadas técnicas de pesquisa para abordar a presença do preconceito racial no país. Segundo Métraux e Coelho (1950, p. 3):

É duvidoso, por exemplo, que o uso de questionários que lidem diretamente com atitudes raciais dê um retrato adequado da situação. Deve-se ter em mente que, no Brasil, considera-se uma vergonha o fato de se ter preconceito racial. Como resultado disso, tais preconceitos, quando realmente existem, podem assumir formas ocultas e sutis que não são reveladas pela técnica de questionários. Parece-me,

portanto, essencial que se acrescentem outros métodos e técnicas que permitam chegar-se a uma compreensão mais completa do padrão das relações raciais no Brasil.

É interessante observar que, embora o Brasil fosse concebido como um país dotado de relações raciais mais harmoniosas que os EUA, especial atenção deveria ser atribuída às formas particulares e muitas vezes sutis de manifestação do preconceito racial. Para isso, seria aconselhável utilizar outros recursos metodológicos como entrevististas qualitativas, observação participante, aferição de certas atitudes com base na escala de distância social do sociólogo Emory Bogardus e o teste de Rorschach (Métraux e Coelho, 1950, p. 6-9). Mais uma vez fica evidente que a "opção Brasil" da Unesco não impediu, já no desenho original da pesquisa, o olhar atento de cientistas sociais que procuravam captar as formas específicas de manifestação do racismo no país.

Métraux e Coelho acreditavam que o Brasil era um bom ponto de partida. Na medida em que "conceitos tais como harmonia e boas ou más relações raciais são forçosamente relativos, um ponto de vista comparativo se implunha (...) não apenas entre os Estados Unidos e o Brasil, mas também entre outros países sobre os quais [houvesse] informação disponível" (*Ibidem*, p. 3-4).¹⁶ Os estudos deveriam levar em conta o padrão de vida de brancos e não brancos, incluindo salários, tipos de ocupação e, de modo mais abrangente, a influência da variável raça no processo de competição no mercado de trabalho, bem como a interferência da religião na dinâmica das relações-raciais. Sob a influência de Otto Klineberg (1950, p. 4-6), eles destacaram o valor da utilização de técnicas oriundas da Psicologia Social, especialmente no estudo dos estereótipos e dos tipos de personalidades em grupos minoritários (Métraux e Coelho, 1950, p. 6-9). Por fim, ainda assinalavam, naquele momento, que a Bahia seria o principal foco do Projeto Unesco. Como afirmam: "A principal responsabilidade pelos aspectos culturais e sociais das pesquisas ficará sob a responsabilidade do Dr. Charles Wagley e sua equipe (...) Pesquisas adicionais serão necessárias fora da Bahia." (*Ibidem*, p. 9).

MÉTRAUX "DESCOBRIR" O BRASIL

Alfred Métraux visitou o Brasil em novembro e dezembro de 1950 a fim de "prever a natureza dos problemas que devem ser estudados e, em seguida, ter uma idéia nítida das instituições e personalidades científicas que possam se encarregar da execução dessa parte de nosso programa" (Métraux, 1951a, p. 1). Antes da viagem, ele começou a reconhecer o fato de que o Brasil não era a Bahia. Em conversa com o representante do Brasil junto à Unesco, Paulo Estevão de Berredo Carneiro, em Paris, constatou que "a questão racial no Brasil demonstra um caráter muito diferente conforme as regiões, e é indispensável (...) que as pesquisas previstas nos forneçam um quadro válido para o conjunto do país" (*Idem*).

Ao chegar a Bahia, Métraux manteve contatos com Anísio Teixeira e Charles Wagley e confirmou a realização da pesquisa não apenas nas comunidades rurais, como estava previsto no Projeto Universidade de Columbia/Estado da Bahia, mas também na cidade de Salvador. Caberia a Thales de Azevedo a realização de um estudo sobre a ascensão dos negros e as tensões individuais e sociais decorrentes de tal processo de mobilidade na capital baiana (*Ibidem*, p. 2-4).

Na semana seguinte, Métraux esteve no Rio de Janeiro. Convenceu-se da importância da pesquisa no então Distrito Federal a partir dos argumentos expostos pelo sociólogo Costa Pinto, que considerava de suma importância estudar as relações raciais inseridas em um contexto de modernização. Este tema vinha ao encontro dos objetivos da Unesco, que definira na conferência de Florença uma linha de investigação sobre os impactos da industrialização em áreas subdesenvolvidas (*Ibidem*, p. 4).

No início de dezembro, Métraux chegou a São Paulo e viu-se diante da tarefa de estabelecer negociações entre os professores da ELSP e a FFCL/USP, na medida em que eram, segundo o antropólogo, "instituições rivais" (Métraux, 1951a, p. 5; ver Limongi, 1989). Métraux encontrou-se com os diretores dessas instituições (Fernando de Azevedo e Cyro Berlinck), que gozavam de grande prestígio junto à equipe da Unesco. Antes mesmo de ser definida a "opção Brasil", Donald Pierson fora sondado sobre a possibilidade de vir a participar de uma

pesquisa no Brasil. No início de fevereiro de 1950, o diretor interino do Departamento de Ciências Sociais, o sociólogo Robert Angell, solicitara informações a respeito da ELSP. Pierson apresentou um breve relatório dos cursos, das pesquisas e do corpo docente da instituição e colocou-se à disposição da Unesco para uma futura parceria.¹⁷

De início, Donald Pierson e Roger Bastide foram escolhidos para dirigir a pesquisa em São Paulo. No entanto, a visita de Métraux ocorreu no momento em que o sociólogo americano já estava comprometido com um amplo estudo de comunidade no vale do rio São Francisco. Donald Pierson sugeriu, em seu lugar, o sociólogo Oracy Nogueira, professor da ELSP. Utilizando a mesma linha de raciocínio aplicada ao Rio de Janeiro, Métraux considerava extremamente importante a pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, pois era um estado em rápido processo de industrialização e urbanização que estaria indicando sinais claros de tensões raciais (Métraux, 1951a, p. 5).

São Paulo e Rio de Janeiro foram inseridos na pesquisa da Unesco para servirem de contraponto à experiência baiana. Métraux considerava que a elaboração de uma pesquisa numa cidade em fase de acelerado desenvolvimento econômico "nos apresenta uma oportunidade única para conhecer os fatores susceptíveis de provocar antagonismos raciais que, outrora, se achavam em estado latente ou careciam de virulência". A pesquisa em São Paulo expressava, de certo modo, a tensão entre política e ciência, entre as expectativas iniciais da Unesco e o projeto de pesquisa. Isto fica bem nítido no relatório oficial da viagem ao Brasil, no qual Métraux afirma que "(...) descartar os problemas novos para nos limitarmos a um estado de coisas já estabelecido, mas ultrapassados, seria trair o espírito científico que deve animar nossa investigação. A pesquisa da Bahia oferece apenas uma imagem incompleta da questão racial no Brasil" (*Idem*). Em carta a Melville Herskovits, ele dizia:

Contrariamente a meus planos anteriores, a Bahia não será mais o foco de nosso projeto. Estudaremos as relações raciais como estas aparecem em quatro comunidades e nos concentraremos no problema de mobilidade social na cidade de Salvador. Por outro lado, deveremos nos concentrar na situação

racial em São Paulo que está em vias de se deteriorar rapidamente. Dr. Costa Pinto empreenderá um estudo semelhante — porém em menor escala — no Rio de Janeiro. Espero conseguir, no final do ano, um quadro da situação racial no Brasil que seja próximo da realidade e que cubra, ao mesmo tempo, tanto seus aspectos positivos quanto os negativos.¹⁸

O processo de redefinição do ciclo de estudos que viria a ser realizado pela Unesco revela o grau de autonomia dos cientistas sociais envolvidos no projeto, especialmente no que tange às relações entre as demandas da agência internacional e suas diversas traduções em solo brasileiro. As revelações de Alfred Métraux no relatório oficial de sua "expedição" ao Brasil em 1950 são um indicador preciso das mudanças de percurso.

Contudo, o desenho definitivo do Projeto Unesco só ocorreria no ano seguinte, quando, em nova visita ao Brasil, Métraux incorporou a cidade de Recife. Os contatos entre o Instituto Joaquim Nabuco (IJN), órgão criado por Gilberto Freyre em 1949, e a Unesco começaram no primeiro semestre de 1951. Freyre mostrou-se interessado em estabelecer um cronograma de atividades junto à agência internacional, com o intuito de fortalecer o recém-criado centro de pesquisas regional, um projeto de institucionalização de seu legado em contexto de crescente crítica ao seu trabalho socioantropológico. Em agosto de 1951, esteve na Unesco e sugeriu que o IJN fosse convidado a fazer parte da pesquisa sobre relações raciais no Brasil (Métraux, 1952, p. 1). A proposta foi aceita de imediato, dado o prestígio de Freyre. O sociólogo pernambucano foi o primeiro brasileiro a ser convidado para ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco.¹⁹ René Ribeiro, ex-aluno de Melville Herskovits na Universidade de Northwestern e responsável pelo Setor de Antropologia do IJN, desenvolveu uma pesquisa sobre a influência das diversas religiões (catolicismo, protestantismo e cultos africanos) sobre as relações raciais em Recife (*Ibidem*, p. 2; ver também Freston, 1989 e Maio, 1999).

Vários aspectos influenciaram na escolha e no desenvolvimento dos diversos projetos patrocinados pela Unesco. De início, contribuiu a presença de uma tradição de estudos raciais, sobretudo na Bahia e em São Paulo. Acrescente-se a

existência de uma agenda das ciências sociais brasileira. Não menos importante era a presença de centros de ensino e pesquisa, principalmente na cidade de São Paulo. Cabe lembrar que o Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco era dirigido por cientistas sociais (Alfred Métraux e Ruy Coelho) que tinham um razoável conhecimento dos estudos étnico-raciais realizados no Brasil. Não menos importante era a preocupação da agência internacional, a partir de 1950, com os processos de industrialização e seus impactos em regiões subdesenvolvidas. Dessa forma, pode-se compreender, em parte, a inclusão das pesquisas realizadas no Sudeste do Brasil. Convém observar também que prestígio intelectual, relações pessoais, elaboração de trabalhos anteriores e experiências internacionais foram determinantes nos estudos de caso. Roger Bastide conhecia Alfred Métraux e tinham uma série de afinidades intelectuais e projetos em comum. Por sua vez, Wagley já investigava o Brasil desde o final dos anos 1930. A presença de Costa Pinto na pesquisa da Unesco deve-se, em grande parte, às suas relações profissionais e pessoais com Arthur Ramos. No caso do Recife, a obra de Gilberto Freyre alcançara reconhecimento internacional.

Por último, é importante ressaltar a influência do movimento negro, por meio do Congresso do Negro Brasileiro de 1950, que teve um certo impacto sobre, pelo menos, três sociólogos que vieram a participar do Projeto Unesco — Charles Wagley, Roger Bastide e Costa Pinto. Indo além, o evento patrocinado pelo Teatro Experimental do Negro procurou mudar a natureza do projeto, atribuindo-lhe um caráter nitidamente político.

PROJETO UNESCO: ENTRE O MITO E O RACISMO À BRASILEIRA

Freqüentemente se afirma que a pesquisa da Unesco frustrou as expectativas iniciais da instituição (Andrews, 1991, p. 3 e 7; Winant, 1994, p. 131; Viotti da Costa, 1985, p. 238; Hasenbalg, 1996, p. 238-239; Skidmore, 1993[1974], p. 215-216). De fato, havia no interior da organização uma imagem

positiva do país em matéria racial. Numa época em que a Unesco procurava tornar inteligível o fenômeno do racismo, quando este ainda mantinha grande visibilidade, mesmo após o holocausto, a instituição assumiu como um dos seus principais objetivos criticar e, com isso, eliminar a validade científica do conceito de raça. Neste caso, o Brasil se apresentaria como um "laboratório socioantropológico" privilegiado para desqualificar a importância conferida aos constructos raciais em nome da promissora experiência de miscigenação e assimilação.

Todavia, o projeto desenvolveu-se de forma mais complexa. A simpatia que a Unesco nutria pelo Brasil não foi suficiente para determinar o escopo do estudo e seus resultados. Conforme demonstrado, a pesquisa da Unesco a princípio só seria realizada na Bahia. No entanto, os objetivos da investigação foram ampliados, graças sobretudo à agenda das ciências sociais formulada no final dos anos 1940 e à atuação de uma rede transatlântica de cientistas sociais (Charles Wagley, Costa Pinto, Roger Bastide, Ruy Coelho, Otto Klineberg), acrescida da visita de Alfred Métraux ao Brasil, no final de 1950, após a qual ele veio a afirmar que o caso paulista seria "susceptível de alterar a imagem talvez demasiadamente otimista que se fazia do problema racial no Brasil" (Métraux, 1951a, p. 5).

No primeiro semestre de 1951, cinco meses após visitar o Brasil, Alfred Métraux publicou um balanço de sua viagem sob o sugestivo título "Brasil: terra de harmonia para todas as raças?" Nele, o autor apresentou um painel contrastante do cenário racial brasileiro. (Métraux, 1951b, p. 3). De início, Métraux tece alguns comentários históricos, antropológicos e sociológicos sobre Salvador. Do seu ponto de vista, "a grande 'metrópole negra' brasileira" causava uma impressão paradoxal: por um lado, era visível a forte presença da cultura africana; por outro, o número de pessoas "realmente negras" era pequeno. A Bahia era uma terra mestiça que estaria criando uma "nova raça" no continente (*Idem*). A intensa miscigenação não permitia o surgimento de preocupações quanto à identidade racial. A seu ver, são os problemas de natureza social que prevalecem. A partir de suas leituras de Gilberto Freyre, Donald Pierson e Frank Tannembaum, Métraux chega à conclusão de que a herança portuguesa formara um modelo de escravidão mais humano do que na América anglo-saxônica, permitindo assim a ascensão de mulatos e negros.

Ainda que reconheça aspectos positivos do legado ibérico, Métraux chama a atenção para o risco de se adotar uma visão simplificadora das relações raciais no Brasil, salientando a necessidade de se analisar, por exemplo, as relações matrimoniais. Embora indique a existência de freqüentes casamentos inter-raciais, eles acontecem, em geral, entre pessoas da mesma classe e raramente entre pessoas em posições extremas do complexo sistema de classificação das cores no Brasil (*Idem*). Essa ilustração não impede que Métraux considere o Brasil "um exemplo de país onde as relações entre as raças são relativamente harmoniosas". Todavia, registra que "seria um exagero (...) afirmar que o preconceito racial é ignorado". Haveria uma série de estereótipos em relação ao negro. Além disso, quanto mais se ascende na escala social, mais evidente se torna o preconceito de cor. Nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, existiria um "racismo inequívoco" entre os trabalhadores, suscitado pela competição nas áreas em processo de industrialização (*Idem*). O antropólogo atribui a existência do racismo no Sudeste ao passado escravocrata que ainda mantém os negros em condições desfavoráveis na disputa com os brancos. Nesse sentido, as dificuldades dos negros não seriam creditadas a sua cor, e sim, à posição que ocupam na hierarquia social, lembrando Donald Pierson. Suas expectativas convergiam para a educação, canal por meio do qual acreditam que poderão ascender socialmente.

Métraux minimiza os efeitos da discriminação racial no Brasil. Em seu artigo, não destituído de surpresas, impressões e otimismo, ele revela não apenas os motivos que levaram à definição da ampla pesquisa da Unesco no Brasil, mas também as ambigüidades das relações entre a ideologia da cordialidade racial e a persistência do racismo. Essa ambivalência permanecerá ao longo do Projeto Unesco.

A visita de Alfred Métraux ao Brasil, no final de 1950, serviu de agente catalisador da pesquisa. Enquanto os sociólogos e antropólogos envolvidos no projeto iniciavam a pesquisa, o representante da Unesco tornava público a diversidade da situação racial brasileira. Neste sentido, o diagnóstico de Métraux respondia, em parte, no início dos anos 1950, aos desafios lançados por Arthur Ramos em sua proposta de análise do mosaico brasileiro. Os resultados do ciclo de pesquisas da Unesco seriam o complemento indispensável.

Os cientistas sociais envolvidos na iniciativa da Unesco realizaram um denso, amplo e complexo inventário do preconceito e da discriminação racial no país. Os resultados das pesquisas não foram uníssonos. Do mesmo modo que as avaliações e interpretações do quadro racial brasileiro que emergem das investigações não são consensuais. As perspectivas teórico-metodológicas e as regiões nas quais se realizaram os estudos foram algumas das variáveis que interferiram nos diagnósticos. Em tela, a interlocução permanente com os trabalhos de Donald Pierson e Gilberto Freyre, seja em regiões tradicionais (Bahia e Pernambuco), seja em regiões modernas (Rio de Janeiro e São Paulo).

Procurei entrar pela porta dos fundos da pesquisa da Unesco, do projeto em construção, em vez de abordá-lo pela porta de entrada, dos produtos acabados da ciência pronta. Ao adentrar no "laboratório", no processo de gestação do ciclo de pesquisas, encontrei cientistas sociais em ação gerando resultados não antecipados. Considero, assim, que a abertura da caixa-preta da iniciativa da agência intergovernamental me permitiu relativizar o alegado auto-engano da Unesco, isto é, a escolha do Brasil como um campo de possibilidades para se verificar as condições favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações raciais cooperativas. Os achados do ciclo de pesquisas da Unesco revelaram as tensões entre o mito da democracia racial e o racismo à brasileira.

NOTAS

- 1 Parte do material analisado neste artigo foi extraído de Maio (1999).
- 2 Os resultados das pesquisas do Projeto Unesco foram publicados em Wagley *et al.* (1952), Azevedo (1953), Costa Pinto (1953), Bastide e Fernandes (1955), Nogueira (1955a) e Ribeiro (1956). Sobre a história do Projeto Unesco, ver Maio (1997).
- 3 *Courrier*, v. II, September 1949, p. 28.
- 4 RAMOS, Arthur. *Sciences Sociales. Programme pour 1951. Plan de Travail Paris, 1949*, 32 p. (Coleção Arthur Ramos, 1 - 36, 29, 13. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, Brazil.

⁵ Carta de Charles Wagley a Alfred Métraux, 18/6/1950, p. 1. *Race questions & protection of minorities*. REG 323.1. Part I up to 30/VII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

⁶ Carta de Ruy Coelho a Charles Wagley, 27/7/1950. *Race questions & protection of minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VIII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

⁷ Carta de Charles Wagley a Ruy Coelho, 6/9/1950, p. 2. *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VIII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

⁸ Carta de Luiz de Aguiar Costa Pinto a Alfred Métraux, 31/7/1950, p. 1. *Statement on Race*. REG file 323.12 A 102. Part I (caixa 146), Arquivos da Unesco.

⁹ Carta de Roger Bastide a Alfred Métraux, 13/5/1950; carta de Alfred Métraux a Roger Bastide, 18/8/1950. *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VIII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

¹⁰ Desde 1948, Guerreiro Ramos vinha assumindo uma posição crítica em relação aos estudos sobre a cultura afro-brasileira. A seu ver, esses estudos (históricos, folclóricos e antropológicos) não contribuíam para o entendimento da vida social dos negros no Brasil contemporâneo, ou seja, para superar as desigualdades sociais entre brancos e negros. Indo além, Guerreiro Ramos, no Congresso do TEN, revelaria o padrão de trabalho sociológico que deveria nortear as ciências sociais no Brasil e que foi objeto de controvérsia durante a década de 1950. Sobre Guerreiro Ramos, ver Oliveira (1995b). Sobre o tema das relações raciais no pensamento de Guerreiro Ramos, ver Maio (1996).

¹¹ Por ocasião da participação de Costa Pinto no 1º Congresso do Negro Brasileiro, ainda não estava desenhado o escopo definitivo da pesquisa da Unesco a ser realizada no Brasil, tampouco a equipe de cientistas sociais que seria incorporada ao projeto. No debate da tese de Guerreiro Ramos ("A Unesco e as relações de raça"), Costa Pinto apóia a mesma, que, a seu ver, "aprovaada como espere por este Congresso, só irá reforçar os argumentos apresentados em Florença [5ª sessão da Conferência Geral da Unesco] de que o Brasil é o campo indicado para tais investigações". *Apud* Guerreiro Ramos, 1982, p. 241). Embora Guerreiro Ramos tenha procurado dar um perfil político à sua proposta à Unesco, considero que Costa Pinto viu no sociólogo baiano um aliado em sua luta para trazer a pesquisa para o Rio de Janeiro.

¹² Carta de Roger Bastide a Alfred Métraux, 9/9/1950. *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VIII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

¹³ O químico industrial Paulo Estevão de Berredo Carneiro (1901-1981) foi delegado permanente do Brasil na Unesco, primeiro como ministro (1946-1958) e depois como embaixador (1958-1965). Foi também membro do comitê executivo da organização na maior parte do tempo em que esteve envolvido com o trabalho da agência internacional. Entre 1951 e 1952, foi presidente do Comitê Executivo da Unesco. Paulo Carneiro era positivista

- FRESTON, Paul. (1989). Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1, São Paulo: Idesp/Verítece/Finep.
- GOLDMAN, M. & NEIBURG, F. (2002). Da Nação ao Império: a Guerra e os estudos de caráter nacional. In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais* (TESTOILE, B; NEIBURG, F.; SIGAUD, L. (Org.)). Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Faperj, p. 187-217.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1954). Interpelação à Unesco. *O Jornal*, 3 de janeiro, p. 2-3.
- _____. (1982). A Unesco e as relações de raça. In: NASCIMENTO A. O *negro revolado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HASENBALG, Carlos A. (1996). Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil.
- HERSKOVITS, Melville. (1943). The Negro in Bahia, Brazil: a Problem in Method. *American Sociological Review*, VIII: 394-402.
- KLINEBERG, Otto. (1949). A Challenge to the Sciences of Man. *International Social Science Bulletin*, v. 1, n. 1-2, p. 11-21.
- _____. (1950a). *Tensions Affecting International Understanding*. New York, Social Science Research Council.
- _____. (1950b). Comments on Memorandum Regarding Research on Race Relations in Brazil, 1/8/1950. In: Race Questions & Protection of Minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VIII/50 (caixa 145). Arquivos da Unesco, 7p.
- LANDES, Ruth. (1994[1947]). *The City of Women*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- LATOUR, Bruno (2000). *Ciência em ação*. São Paulo: Editora Unesp.
- LIMONGI, Fernando. (1989). A Escola Livre de Sociologia e Política. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Verítece/Finep.
- MAIO, Marcos Chor. (1996). A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil.

- MAIO, Marcos Chor. (1997). *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).
- _____. (1998). O Brasil no concerto das nações: a luta-contra o racismo nos primórdios da Unesco. *História, ciências, saúde - mangüinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, V (2): 375-413.
- _____. (1999). Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco. *Tempo Social*, 11 (1): 111-136.
- _____. (1999a). O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 141-158.
- MÉTRAUX, Alfred. (1950). Unesco and the Racial Problem. *International Social Science Bulletin*, II, 3: 384-390.
- _____. (1951a). Rapport au directeur général sur mission au Brésil (16 nov. - 20 déc. 1950). In: Race Questions & Protection of Minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VIII/50 (caixa 145). Arquivos da Unesco, 7p.
- _____. (1951b). Brazil: Land of Harmony for all Races? *Courier*, Unesco, April, p. 3.
- _____. (1952). Rapport sur mission au Brésil, 29/10 a 12/12/1951. In: Statement on Race. REG file 323.12 A 102. Part II (caixa 147). Arquivos da Unesco, 7p.
- _____. (1978). *Itinéraires 1 (1935-1953)*. Paris: Payot.
- MÉTRAUX, Alfred; COELHO, Ruy. (1950). Suggestions for Research on Race Relations in Brazil. In: Race Questions & Protection of Minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VIII/50 (caixa 145). Arquivos da Unesco, 10 p.
- NASCIMENTO, Abdias. (1950). Inaugurando o Congresso do Negro. *Quilombo*, ano II, 10, junho.
- _____. (1982 [1968]). *O negro revolado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- NOGUEIRA, Oracy. (1955a). Relações Raciais No Município de Itapetininga. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi [Reeditado com o título de Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp].

COMENTÁRIOS À CORRESPONDÊNCIA ENTRE
MELVILLE HERSKOVITS E ARTHUR RAMOS

1935-1941

NOGUEIRA, Oracy. (1955b). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*. São Paulo: Anhembi.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1995). *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

PIERSON, Donald. (1942). *Negroes in Brazil*. Chicago: University of Chicago Press.

PONTES, Heloísa. (1998). *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo: 1940-1968*. São Paulo: Companhia das Letras.

RAMOS, Arthur. (1948). Os grandes problemas da Antropologia brasileira. *Sociologia*, X, 4: 213-226.

RIBEIRO, René. (1956). *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

SKIDMORE, Thomas E. (1993[1974]). *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Durham, Duke University Press.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. (1985). The Myth of Racial Democracy: a Legacy of Empire. In: COSTA, E. Viotti da. *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chicago/Londres, The University of Chicago Press.

WAGLEY, Charles. (1957). *Uma comunidade amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales e COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. (1950). *Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia*. Salvador: Publicações do Museu do Estado, n. 11.

WAGLEY, Charles (Ed.). (1952). *Race and Class in Rural Brazil*. Paris: UNESCO.

WINANT, Howard. (1994). *Racial Conditions: Politics, Theory, Comparisons*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

A história da relação entre Melville Herskovits e Arthur Ramos pode ser dividida em três fases: uma primeira correspondência trocada entre 1935 e 1941; uma convivência de dois meses em 1941, na Northwestern University, onde Ramos acompanha o seminário de aculturação de Herskovits; e, uma última, que começa com o trabalho de campo de Herskovits no Brasil, em final de 1941, e vai até a morte de Ramos, em 1949.

A correspondência entre ambos é iniciada por Ramos, que envia a Herskovits, por recomendação, ao que tudo indica, de Gilberto Freyre,¹ três volumes da Coleção de Divulgação Brasileira, que dirige, entre eles *O negro brasileiro*. Em 31 de dezembro de 1935, no dia seguinte em que os volumes lhe chegam às mãos, Herskovits responde. A rapidez da resposta é o melhor índice de seu entusiasmo. Além da carta, Herskovits envia para Ramos algumas separatas de artigos e pede a seu editor que envie também alguns livros seus. Fica estabelecida assim uma estreita cooperação epistolar entre os dois, que durará até a morte de Ramos.

Já a estadia americana de Ramos pode ser resumida como segue. Em 27 de agosto de 1940, Arthur Ramos viaja com sua esposa aos Estados Unidos, para dar um curso de três meses